

Os Guarani/Kaiowá E Seus Territórios: A Invenção Das Fronteiras E Seu Confinamento

The Guarani/Kaiowá And Their Territories: The Invention Of Borders And Their Confinement

Los Guarani/Kaiowá Y Sus Territorios: La Invención De Las Fronteras Y Su Confinamiento

José Sarmento Nogueira

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, Brasil

Resumo

Os Guarani, dentre os diversos povos que habitavam as terras que foram denominadas América, foram, segundo a historiografia, um dos grupos autóctones que mais sofreram as pressões impostas pela colonização quando pensamos em fronteiras territoriais. O objetivo deste trabalho é conhecer a trajetória do povo Guarani, seu tronco linguístico, sua cosmologia e identificar os processos pelos quais estas pessoas passaram, principalmente no contexto do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. Fatores históricos são de suma importância para contextualizar a relação deste povo com a imposição colonial e o impacto desta na busca por uma terra sem males (Yvy marã e'ỹ). Perceber a arbitrariedade das imposições de um projeto “Estado-nação” que tenta a todo custo deixar etéreas suas tradições, descaracterizar seus princípios identitários e silenciar seu modo de vida. Promovendo um etnocídio sem precedentes e confinando-os em pequenos territórios, distantes de seus Tekohá tradicionais.

Palavras-chave: Guarani; Territórios; Kaiowá; Fronteiras; Colonização.

Abstract

The Guarani, among the various peoples who inhabited the lands that were called America, were, according to historiography, one of the autochthonous groups that suffered the most from the pressures imposed by colonization when we think about territorial borders. The objective of this work is to understand the trajectory of the Guarani people, to know their

linguistic trunk, to know a little about their cosmology, and to identify the processes these people went through, mainly in the context of the Brazilian state of Mato Grosso do Sul. Historical factors are of utmost importance so that we can contextualize the relationship of these people with colonial imposition and how much this affected their search for a land without evils (Yvy marã e'ỹ). Realizing the arbitrariness of the impositions of a “nation-state” project that tried and continues to try at all costs to make their traditions ethereal, mischaracterize their identity principles, and silence their way of life. Promoting an unprecedented ethnocide. Leaving them confined to small territories, far from their traditional Tekohá.

Keywords: Guarani; Territories; Kaiowá; Borders; Colonization.

Resumen

Los guaraníes, entre los diversos pueblos que habitaron las tierras que se llamaron América, fueron, según la historiografía, uno de los grupos autóctonos que más sufrió las presiones impuestas por la colonización cuando pensamos en las fronteras territoriales. El objetivo de este trabajo es comprender la trayectoria del pueblo guaraní, conocer su tronco lingüístico, su cosmología, y poder identificar los procesos por los que atravesó este pueblo, principalmente en el contexto del estado brasileño de Mato Grosso do Sul. Los factores históricos son de suma importancia para contextualizar la relación de este pueblo con la imposición colonial y cuánto afectó esto en su búsqueda de una tierra sin males (Yvy marã e'ỹ). Darse cuenta de la arbitrariedad de las imposiciones de un proyecto de “Estado-nación” que intentó y sigue intentando a toda costa dejar etéreas sus tradiciones, descalificar sus principios identitarios y silenciar su forma de vida. Promoviendo un etnocidio sin precedentes. Dejándolos confinados en pequeños territorios, alejados de su tradicional Tekohá.

Palabras clave: Guaraní; Territorios; Kaiowá; Fronteras; Colonización.

Os Guarani e eu

Em 2002, iniciei meu mestrado em Design em uma instituição de ensino

superior. Meu trabalho foi desenvolvido em uma comunidade Guaraniⁱ *M'bya*, onde busquei entender o significado dos grafismos das cestarias dos Guarani

M'bya. Desde a primeira vez que me deparei com sua cultura material e artística, sempre achei que ali havia design, mas meu objetivo era entender o olhar deles sobre aqueles desenhos, e não a partir de uma construção eurocentrada, como a semiótica. O desafio estava lançado.

A aldeia de Paraty Mirim, localizada próxima à cidade de Paraty, uma cidade litorânea do estado do Rio de Janeiro, foi onde o estudo aconteceu. Naquele momento, eu estava interessado em articular uma conexão entre o artesanato Guarani e o Design. Durante os dois anos de convívio intenso, surgiu o termo Etnodesign. Esse termo propõe o reconhecimento, por parte das escolas de Design, de que o que esses povos tradicionais fazem é design, com uma lógica projetual diferente, mas que nos artefatos deles havia, sim, um processo de design. Defendi a ideia de que deveríamos trazer para os currículos das escolas de Design esse aprendizado. Na minha dissertação, defini: “o objetivo maior proposto é o de afirmar o Etnodesign como um ramo de estudo do Design, capaz de reduzir as fronteiras interétnicas no meio cultural e social em que o Design está inserido”ⁱⁱ.

Outro interesse desse trabalho de mestrado foi o reconhecimento dos significados simbólicos de seus artefatos e

o “entendimento” de seus símbolos, em específico seus grafismos. Meu objetivo era que as escolas de Design também olhassem ao seu redor, percebessem outras possibilidades epistêmicas e não apenas os métodos projetuais eurocentrados. E a partir disso, poder mostrar aos estudantes de design a riqueza cosmológica desses materiais, que configuram verdadeiros códigos de informação, capazes de expressar as crenças, histórias e fragmentos da cultura do povo Guarani.

Esse trabalho de mestrado foi, então, minha primeira experiência de campo com a nação Guarani. Após minha conclusão e defesa do mestrado, no mesmo ano, comecei minhas primeiras viagens a Caarapó, uma cidade localizada no interior do estado de Mato Grosso do Sul, no centro do Brasil, na região Centro-Oeste. Iniciei esse percurso pelas mãos do Historiador e Antropólogo Antônio Brand, que naquele momento já tinha uma trajetória de mais de quarenta anos com esses povos, sendo um conhecedor ímpar do povo Guarani, especialmente dos *Kaiowá*/Guarani.

Começo então o meu convívio com os *Kaiowá*/Guarani. Foi uma experiência totalmente diferente; claro que a comparação com os *M'bya* seria inevitável, mas a constatação dessas diferenças me fez acreditar ainda mais na originalidade de

cada povo. Mesmo pertencendo ao mesmo tronco linguístico, há diferenças em sua essência, na maneira como veem o mundo, na forma como lidam com sua religiosidade, em como “negociam” suas fronteiras e dialogam com o entorno. A experiência com os *M'bya* me fez ver o mundo de outra forma.

Os Guarani e a busca “por uma terra sem males”

Hoje, os Guarani são um dos mais numerosos grupos indígenas sul-americanos e se distribuem pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Vejamos, em Rosa Colman, como são denominados em território brasileiro:

Os Guarani são frequentemente denominados pelo termo *Nhandeva*. Tal confusão decorre do fato de que, quando perguntaram aos Guarani o que eles eram, eles responderam '*Nhandeva*' ou 'a própria pessoa', 'nós mesmos'. Este mesmo grupo se denomina apenas Guarani, e isso os diferencia dos Guarani/*Kaiowá*. O subgrupo Guarani-*Ñandéva* se autodenomina como Guarani na região, e os Guarani-*Kaiowá* (*Paĩ Tavyterã*, no Paraguai) se autodenominam como *Kaiowá*. Por isso, neste estudo,

utiliza-se apenas a denominação *Kaiowá* e Guarani para identificar os dois subgrupos (Colman, 2007, p. 17).

Os Guarani formam um conjunto de populações de matriz cultural Tupi, mais especificamente vinculadas aos povos Tupi-Guarani. A gênese da cultura dos Guarani está situada em algum lugar da bacia dos rios Madeira-Guaporé, no sudoeste da Amazônia. “Em processo de contínuo crescimento demográfico e de ocupação territorial, expandiram-se para o sul, conquistando paulatinamente uma vasta área composta por partes do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina” (Noelli, 1999, p. 247). Segundo Susnik (apud Guimaraens):

Os proto-Tupiguarani costearam a zona da bacia do rio Madeira e penetraram (por via fluvial) até as cabeceiras dos rios Tapajós e Xingu, para formar um segundo núcleo dispersivo na região do alto rio Araguaia e rio Tapajós (Susnik, 1994). Espalharam-se pelo sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai, pela costa atlântica adjacente e pelas bacias dos rios costeiros, onde estabeleceram, no litoral catarinense, os primeiros contatos com os europeus (Guimaraens, 2003, p. 87).

Na época da invasão dos portugueses, os Guarani ocupavam as terras que hoje chamamos de Brasil. Eles habitavam a região litorânea ao sul deste território, entre o estado do Rio Grande do Sul e a região de Cananéia, localizada no estado de São Paulo, e as regiões entre os rios Uruguai, Iguaçu, Paraná (a leste do rio Paraná), no estado de Mato Grosso do Sul, oeste do estado de São Paulo, estado do Paraná, estado de Santa Catarina, e nos países como Paraguai, norte da Argentina e Uruguai.

Para Meliá (1976), a grande nação Guarani, que à época da “conquista” conglomerava diversos povos, teve seu projeto histórico interrompido com a chegada dos colonizadores espanhóis, sendo por eles subordinados. Em 1537, data da chegada dos conquistadores espanhóis à Assunção, parte dos povos Guarani viu-se frente a frente com os *karaí* (denominação atribuída aos não-indígenas) e, consequentemente, frente a todo o projeto colonial da coroa espanhola, com missionários sedentos de almas e soldados venturosos em busca de glória e riqueza.

Na interpretação de Susnik (1982), os Guarani, quando os espanhóis aqui chegaram, no século XVI, estavam migrando porque seu habitat original “(...) não representava vantagens potenciais para o cultivo do rosado, de onde surgiram as

primeiras tendências de a extensa *gwata* ao sudeste em direção aos rios Amambay e Yguatemi” (Susnik, 1982, p. 36).

Já no século XVII, grande parte da nação Guarani se encontrava submetida às reduções jesuíticas. Foram localizadas reduções nas margens dos rios Paranapanema, Pirapó, Piquiri, Tibagi e Ivaí. Na época, na área do atual estado do Paraná, foram fundadas as missões jesuíticas de Nossa Senhora do Loreto, Santo Inácio, São Francisco Xavier, Encarnação, São Pedro e Santa Maria. Considerável fração de reduções também coube ao Rio Grande do Sul: São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo foram as mais representativas do domínio jesuítico na região (Simão, 2003).

O século XIX consolidou a ocupação do Brasil meridional. A migração europeia ocupou o Sudoeste e o Sul do país. Levas de migrantes alemães, italianos, poloneses, assim como árabes e orientais, deixaram seus países de origem por diversas razões, desde perseguições políticas e religiosas até a esperança de uma melhor qualidade de vida no continente americano.

Nesse contexto, os Guarani foram mais uma vez expulsos de seus territórios tradicionais. Inicialmente circunscritos a

determinadas áreas de florestas, foram empurrados para o interior, perseguidos e reduzidos a pequenos grupos. No entanto, souberam manter seus hábitos imemoriais: falam a língua Tupi e guiam seus atos cotidianos por preceitos de forte espiritualidade. Atualmente, formam a maior etnia indígena do Brasil em população; segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a população dos povos indígenas Guarani conta com 85 mil pessoas.

A fixação das aldeias no litoral se insere em uma dinâmica própria da nação Guarani, norteadas pela busca da “terra sem males” *Yvy marã e’ỹ* (espaço mitológico onde há fartura). Para eles, as terras do Leste foram habitadas por seus antepassados, constituindo seus *tekoha* – lugar onde é possível manifestar sua verdadeira maneira de ser. A escolha do local para a fundação da aldeia Guarani obedece a preceitos tradicionais e a condições físicas (geográficas e ecológicas) para um *tekoha*: água limpa, área de mato, certo isolamento e terra boa para plantar.

Darcy Ribeiro, em “Os Índios e a Civilização”, constata que os grupos voltaram a se deslocar em grandes leva em direção ao litoral atlântico. Eles eram liderados por “religiosos” indígenas que, baseados em revelações, previam o fim do

mundo e tentavam salvar seu povo levando-os à procura da “terra sem males”, um paraíso (Ribeiro, 1977).

Segundo os Guarani *Nhandeva*, o motivo pelo qual migraram eram as revelações, não porque o mundo fosse acabar, mas sim porque previam que aquele local não era ideal para habitarem. Eles previam que, como infelizmente o tempo confirmou, chegariam garimpeiros, fazendeiros ou posseiros em busca das terras que ocupavam ou de qualquer outra coisa que atrairia desgraça a seu povo. Por esse motivo, os Guarani estavam e sempre estarão em busca da “terra sem males”.

Diversos autores indicam o problema do caráter desigual das fontes coloniais, o que limitaria o alcance da demografia histórica. Há que se considerar muitas variáveis, como o tamanho dos aldeamentos no período pré e pós-colonial, os deslocamentos e a interiorização dos grupos, a captura e o extermínio, etc. Isso impossibilita a reconstituição do território Guarani às vésperas da conquista. Mesmo assim, alguns autores se aventuraram a estimar sua população e seu território contíguo. Segundo os cálculos de Heming (apud Simão, 2003), a população Guarani em 1500 era de 258 mil índios. Esses dados são bastante modestos se comparados aos modelos de regressão estatística desenvolvidos por Clastres. Ao

utilizar-se dos relatos de viajantes do século XVI, Clastres (apud Simão, 2003) projeta, para o território Guarani de 2350 mil km², um total de um milhão e quinhentos mil pessoas.

A matriz Tupi

Dentre as cerca de 274 línguas indígenas que existem hoje no Brasil, segundo o censo de 2010, algumas são mais semelhantes entre si do que outras, revelando origens comuns e processos de diversificação ocorridos ao longo do tempo. Os linguistas expressam as semelhanças e diferenças entre elas através da ideia de troncos e famílias linguísticas. Ao se falar em tronco, tem-se em mente línguas cuja origem comum está situada há milhares de anos, sendo as semelhanças entre elas muito sutis. Entre línguas de uma mesma família, as semelhanças são maiores, resultado de separações ocorridas há menos tempo.

Veja o exemplo do português: no universo de línguas indígenas no Brasil, reconhece-se a existência de dois troncos: Tupi e Macro-Jê, e 19 famílias linguísticas que não apresentam taxas de semelhança suficientes para que pudessem ser agrupadas em troncos. Há, também, famílias de apenas uma língua, às vezes denominadas “línguas isoladas”, por não se

revelarem parecidas com nenhuma outra língua conhecida. Os grupos indígenas encontrados pelos portugueses no litoral brasileiro eram do tronco Tupi, que haviam se instalado uns séculos antes.

Naquele momento, eles estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. Segundo Florestan Fernandes, somavam, talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes (Fernandes, 1949). Naquela época, Portugal teria a mesma população ou um pouco mais.

Segundo Darcy Ribeiro: “A Costa Atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam incessantemente” (Ribeiro, 1995, p. 29).

Nos últimos séculos, porém, índios de fala Tupi se instalaram como dominadores (por serem bons guerreiros), tanto à beira-mar quanto ao longo de toda a costa atlântica e do Amazonas, e subindo pelos rios principais como o Paraguai, Guaporé e Tapajós, até suas nascentes.

Configuraram, desse modo, a ilha Brasil, formando, no chão da América do Sul, o que viria a ser o nosso país.

Obviamente, não era uma nação, como afirma Darcy Ribeiro:

(...) porque eles não se sabiam tantos nem tão dominadores. Eram, então, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam (Ribeiro, 1995, p. 30).

Com a chegada dos brancos, começa um conflito que se dá em todos os níveis, predominantemente biológico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e que eram mortais para as populações indígenas. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas, para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio e pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e outros. Na escala da mudança cultural, Darcy Ribeiro ainda comenta: “...os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil

anos, com os povos do velho mundo” (Ribeiro, 1995, p. 31).

É bom assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com os outros povos da floresta tropical, que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constitui uma grande façanha, pois se tratava de uma planta venenosa à qual eles deviam não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses. Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Também plantavam dezenas de árvores frutíferas como o caju e o pequi. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando árvores com seus machados de pedra e limpando terrenos com queimadas (Ribeiro, 1970).

Por meio da agricultura, garantiam alimento durante todo o ano, além de estocarem uma grande variedade de matérias-primas, condimentos, venenos e estimulantes. Segundo este autor:

Superavam a situação de carência alimentar a que estão sujeitos os povos pré-agrícolas, dependentes da generosidade da natureza tropical, que provê, com fartura, frutos, cocos e tubérculos durante uma parte do ano e, na outra, condena a população à penúria. Permaneciam, porém, dependentes do acaso para obter outros alimentos através da caça e da pesca, também sujeitos a uma estacionalidade marcada por meses de enorme abundância e meses de escassez (Ribeiro, 1970, p. 32).

Daí a importância das áreas privilegiadas, onde a caça e a pesca abundantes garantiam, com maior regularidade, a sobrevivência do grupo e permitiam manter aldeamentos maiores. Em certos locais, tanto na costa marítima quanto nos vales, esses aldeamentos chegavam a alcançar três mil pessoas. Eram, todavia, conglomerados pré-urbanos (aldeias agrícolas indiferenciadas), porque todos os moradores estavam compelidos à produção de alimentos, só liberando dela, excepcionalmente, alguns líderes religiosos (pajés e caraíbas) e uns poucos chefes guerreiros (tuxauas).

Apesar da unidade linguística e cultural que permite classificá-los numa só macroetnia, oposta globalmente aos outros

povos designados pelos portugueses como tapuias (ou inimigos), os índios do tronco Tupi não puderam jamais unificar-se numa organização política que lhes permitisse atuar de forma conjunta (Ribeiro, 1995).

Mesmo em face do novo inimigo, vindo de além-mar, quando se estabeleceu o conflito aberto, os Tupi só conseguiram estruturar efêmeras confederações regionais, que logo desapareceram. A mais importante delas, conhecida como Confederação dos Tamoios, foi ensejada pela aliança com os franceses instalados na baía de Guanabara. Reuniu, de 1563 a 1567, os Tupinambás do Rio de Janeiro e os Carijós do Planalto Paulista – ajudados pelos Goitacás e pelos Aimorés da Serra do Mar, que eram de língua Jê – para fazerem guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam. Na guerra da Reforma versus a Contra-Reforma, dos calvinistas contra os jesuítas, em que tanto os franceses quanto os portugueses combatiam com exércitos indígenas de milhares de guerreiros, e eles nem sabiam por que lutavam, simplesmente eram atizados pelos europeus, explorando sua agressividade recíproca. Os Tamoios venceram diversas batalhas, destruíram a capitania do Espírito Santo e ameaçaram seriamente a de São Paulo. Mas foram, afinal, vencidos pelas tropas indígenas aliciadas pelos jesuítas (Ribeiro, 1995).

Nessas guerras, como nas anteriores, por exemplo, a de Paraguaçu no Recôncavo, em 1559 – e nas que se seguiram até a consolidação da conquista portuguesa – como as campanhas de extermínio dos Potiguara do Rio Grande do Norte, em 1599, e, no século seguinte, na Guerra dos Bárbaros e nas guerras na Amazônia, os índios jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo de décadas, para dominar cada região.

Depois de cada luta contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para os rituais de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar forças para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agredir ou defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização.

Cada núcleo Tupi vivia em guerra permanente contra as demais aldeias alojadas em sua área de expansão e até mesmo contra seus vizinhos da mesma matriz cultural (Fernandes apud Ribeiro, 1995). No primeiro caso, os conflitos eram causados por disputas pelos sítios mais apropriados à lavoura, à caça e à pesca. No segundo caso, eram movidos por uma animosidade culturalmente condicionada: uma forma de interação intertribal que se

efetua por meio de expedições guerreiras, visando a captura de prisioneiros para a antropofagia ritual.

O caráter cultural e compartilhado dessas cerimônias tornava quase imperativo capturar os guerreiros que seriam sacrificados dentro do próprio grupo Tupi. Somente estes — por compartilharem o mesmo conjunto de valores — desempenhavam com perfeição o papel que lhes era prescrito: o de guerreiro ativo, que dialogava soberbamente com seu matador e com aqueles que iriam devorá-lo.

Comprova essa dinâmica o texto de Hans Staden, que foi levado três vezes a cerimônias de antropofagia, e em cada uma delas os índios se recusaram a comê-lo porque chorava e se sujava, pedindo clemência. Não se comia um covarde (Staden, 1999).

Assim viviam os índios do tronco Tupi, que deram origem aos Guarani. É muito importante destacar a questão da domesticação da “terra” por esses povos, pois a relação com a terra e a natureza fez parte, durante toda a história e o modo de vida dos Guarani.

Os *kaiowá*/guarani ou *pãi-tavyterã* e a perda de seus territórios tradicionais

“A identidade guarani remete, diretamente, à ideia de pertencimento e às relações de parentesco. Daí a importância da concepção de território como espaço de comunicação, com as suas marcas referidas e atualizadas pela memória” (Brand apud IHU-Unisinos, 2010, n.p).

Nesta etapa desses escritos, tento contar um pouco sobre os Guarani, em especial sobre os *Kaiowá*. Pretendo aqui tratar brevemente sobre a origem e a realidade atual em especial no estado de Mato Grosso do Sul, a respeito da terra. Imagino ser importante, em nosso exercício de pensamento, conhecer um pouco a respeito da realidade deste povo.

À medida que fui me envolvendo com o povo *Kaiowá*/Guarani, cresceu em mim o desejo de aprofundar o conhecimento sobre suas origens. O meu objetivo de melhorar minhas relações e entender sua realidade, exigia de mim esse aprofundamento histórico e cultural, e foi assim que esses escritos surgiram: para facilitar e enriquecer a compreensão de questões relacionadas a esse povo, frequentemente apresentadas de maneira enviesada pelas historiografias. Com o entendimento adquirido ao longo dos anos, através do convívio direto e de leituras, pude desenvolver uma análise mais clara e detalhada. Além disso, busquei uma melhor compreensão dos procedimentos

sociais e culturais praticados por esse povo, oferecendo também um vislumbre de sua realidade no estado de Mato Grosso do Sul.

Os *Kaiowá* são, historicamente, identificados com os *Kaaguá-Monteses* (mais conhecidos como povo do mato) se encontravam em parcelas do atual território paraguaio e brasileiro. Os *Kaaguá* (ou *Ka'agua* que, etimologicamente, significa habitantes da selva ou do monte) eram conhecidos, também, como monteses ou montanhese (Cunha, 1992).

Meliá (apud Cunha, 1992) disse que os *Kaaguá* são todos aqueles índios que politicamente não foram “reduzidos”, sendo, contudo, “infiéis” e culturalmente “bárbaros”. Os *Kaaguá* são “selvagens” ou “silvestres” (Meliá, 1976).

Segundo o mesmo autor, já nos fins do século XVII, teve-se informações suficientes que mostram que estão construídas de modo diferenciado as três parcialidades guarani atuais do Paraguai oriental: os *Mbyá*, os *Chiripá* e os *Pãi*, mas sempre debaixo da denominação *Kaaguá* ou monteses. Os *Pãi-Tavyterã* apareceram para o mundo colonial, em 1759-60.

Como dito em alguns escritos acima, os Guarani se dividem em três subgrupos, um deles são os *kaiowá*.

Segundo Brand (1993), “(...) dentre os três sub-grupos do Povo Guarani, há o subgrupo *Kaiowá* ou *Pãi-Tavyterã*. *Kaiowá* é sua denominação no Brasil e *Pãi-Tavyterã* no Paraguai” (Brand, 1993, p. 2). Em termos de localização este autor nos traz que Brand (1993) O território deste subgrupo está localizado na região Oriental do Paraguai e na região da Grande Douradosⁱⁱⁱ no Brasil. É dividido ao meio pela linha de fronteira seca que separa os dois países.

Em seu livro: Mundo Guarani, o estudioso deste universo Guarani, Barthomeu Meliá, nos conta que: “*Los Guaraníes que en el Paraguay se autodenominam Pãi-Tavyterã y, como tales, son ya conocidos en la conversación común; en el Brasil mantienen el nombre de Kaiowá, que remite a sus tempos de “monteses”, como habitantes de la selva.*” (Meliá, 2011, p. 40).

Localização do estado de Mato Grosso do Sul e o drama dos *Kaiowá*

O estado de Mato Grosso do Sul abrange uma área de 358.158,70 km², correspondente a 18% da Região Centro-Oeste, da qual faz parte, e 4% em relação ao território nacional. Tem uma população de 2.449.024 habitantes (2022). Sua

localização contribui muito para o seu desenvolvimento econômico, devido à proximidade dos grandes centros consumidores do país, como Minas Gerais, São Paulo, Paraná e mesmo de países latino-americanos, uma vez que se situa na rota de mercados potenciais de toda a zona ocidental da América do Sul e costa do Pacífico. Faz fronteira com as repúblicas da Bolívia e do Paraguai e liga-se à Argentina pela Bacia do Prata, tendo por aí acesso ao Oceano Atlântico.

Segundo Brand (1997), a partir da década de 1890, a Companhia Matte Laranjeiras instalou-se no território ocupado pelos *Kaiowá*/Guarani e iniciou o processo de ocupação do mesmo por diversas e sucessivas frentes de expansão e ocupação não-indígena. Ainda segundo este autor:

O impacto dessas frentes de expansão e ocupação não-indígena sobre os *Kaiowá*/Guarani foi diversificado. O trabalho na colheita da erva foi responsável pelo deslocamento de inúmeras aldeias em função da exploração de novos ervais. Mas a Cia Matte Laranjeiras não estava interessada, naquele momento, na disputa pela propriedade da terra. A seguir, veio a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAN), a

partir de 1943, que loteou, em definitivo, a terra de várias aldeias *kaiowá* (Brand, 1997, p. 5).

Para Brand (1997), a partir da década de 1950, ocorreu o desmatamento sistemático da região, pois iniciou-se a implantação das fazendas de gado. Dezenas de aldeias tradicionais se dispersaram por conta dessa atividade. Este processo foi caracterizado pelos informantes por meio do conceito de *esparramo* (*sarambipa*^{iv}). Neste trecho, o autor reafirma essa questão e faz um pequeno relato sobre a situação desse povo no Paraguai.

Então, Brand (1993) afirma: "(...) em 1960, em especial no final dessa década, o território *Kaiowá* sofre profundas transformações pela ação de fazendeiros e granjeiros, que vão implantar uma agropecuária moderna" (Brand, 1993, p. 3). No Paraguai, temos ainda a implementação de algumas iniciativas colonizadoras mediante a transferência de colonos. Mas é a mecanização imposta pelos grandes fazendeiros que possibilitará o rápido e total desmatamento. A valorização das terras mecanizadas "exigirá" a exploração de toda a região.

Nesta perspectiva de perda de terra, Brand (1997) diz que finalmente veio a fase de conclusão do confinamento compulsório^v dentro das reservas^{vi} de terra

que o governo lhes demarcou entre os anos de 1915 e 1928, "coincidindo com a implantação de usinas de álcool em toda a região. Coincidiu também, contraditoriamente, com o início da efetiva quebra do confinamento mediante a recuperação de algumas áreas indígenas perdidas" (Brand, 1997, p. 5).

Ainda segundo Brand (1997), a demarcação dessas porções de terra dentro do território *Kaiowá*/Guarani, com a função de serem polos de concentração indígena, gerou dois conceitos que perpassam e condicionam as análises da problemática *Kaiowá*/Guarani: o de índio aldeado e o de índio desaldeado. Nesta perspectiva, Brand (1997) explica que a expressão "aldeado" é utilizada para caracterizar e distinguir historicamente aquelas comunidades ou famílias que já foram submetidas ao processo de confinamento^{vii}, em oposição àquelas que ainda resistiam a este processo, ou seja, os desaldeados. Estes eram, portanto, considerados desaldeados em oposição aos aldeados, ou seja, em oposição aos já confinados.

Para Brand (1993), esta nova configuração econômica irá impor um rápido e total confinamento dos *Kaiowá*/Guarani em pequenas reservas de terra, localizadas em meio a fazendas modernas. A consequência do

desmatamento é inevitável para dar lugar a pastos e grandes plantações de soja. A este respeito, Colman (2007) nos alerta:

Esta problemática da terra, dos confinamentos, tem dificultado muito a sobrevivência dos *Kaiowá*. A terra é um elemento essencial na vida dessas pessoas. Para os *Kaiowá* e Guaraní, *tekoha* é imprescindível para sua sobrevivência física e, de modo especial, cultural, dado que, para os *Kaiowá* e Guaraní, o *tekoha* significa espaço, lugar (*ha*), possível para o modo de ser e de viver (*teko*). Tal é a importância deste conceito que numa mesma palavra aglutinam dois conceitos: vida e lugar. Devido às agressões ao meio ambiente e ao processo de espoliação de suas terras, os *Kaiowá* e Guaraní têm encontrado crescentes dificuldades para essa sobrevivência (Colman, 2007, p. 17).

A criação dessas reservas reflete a arbitrariedade do governo, que deslocou populações inteiras para locais sem qualquer relação histórica com essas comunidades. As áreas escolhidas seguiam os critérios estabelecidos pelo SPI, sem levar em conta as formas tradicionais de organização social dos *Kaiowá*. Esse

processo resultou em um deslocamento interno, com as populações sendo reassentadas em torno dos postos do SPI, numa estratégia que visava criar espaços vazios em uma região antes densamente ocupada por aldeias *Kaiowá* e *Guaraní*. Como observa Colman, "foi esse processo de transferência arbitrária para as áreas reservadas que caracterizou o confinamento compulsório, que hoje define a situação dos índios *Kaiowá*/Guaraní e está na raiz dos seus impasses" (Colman, 2007, p. 28).

Segundo Brand (1993), os *Kaiowá*/Guaraní sempre tiveram uma diversidade de alternativas de sobrevivência, tais como agricultura, a caça, a pesca e a coleta. Mas, com o processo de confinamento em pequenas áreas, os grandes desmatamentos, as queimadas, a sobrevivência se tornou praticamente impossível, restando apenas a agricultura e outras opções como os trabalhos em fazendas e, mais recentemente, o trabalho nas destilarias de álcool e açúcar, como uma alternativa de sobrevivência. Segundo Colman (2007), a população dos *Kaiowá*/Guaraní atualmente soma em torno de 38.645 pessoas, e, junto com as demais etnias^{viii} presentes no estado, somam mais de 60 mil, representando a 2ª maior população

indígena do Brasil, ficando abaixo apenas do estado do Amazonas.

O território, sob a ótica das populações indígenas, pode ser considerado como parte estrutural da vida social permeada por uma teia de crenças e conhecimentos. Logo, para as sociedades originárias a terra é muito mais que simples meio de subsistência. O território é o espaço que torna possível a produção de relações simbólicas e sociais, que permitem vivenciar a inter-relação entre as pessoas e a natureza. Sua relevância não se restringe aos recursos naturais, mas tão importante quanto estes, é um “recurso sociocultural”. Meliá (apud Brand, 1997), referindo-se ao território tradicional guarani, conclui que o mapa cultural se *“superpone a un mapa ecologico que si no es del todo homoganeo, tampoco quiebra ciertas constantes ambientales”* (Brand, 1997, p. 2).

Vejamos o relato da professora Kaiowá/Guarani, Elda Vasques Aquino, a respeito do impacto dessas reservas sobre o modo de ser Kaiowá, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Católica Dom Bosco no programa de pós-graduação em educação:

Nunca esqueci essa história tão triste e dolorosa pela qual meu avô passou. E assim continuo a escrever a minha história, que ele

começou no passado. Desestruturando totalmente o jeito de ser e de viver dos Guarani/Kaiowá, agora os colonizadores da vez foram os ervateiros. Por essa razão as reservas tinham que ser criadas, para compensar o que lhes fora tirado, tomando conta do espaço que era nosso, tentando acabar com nosso jeito de viver, tentando apagar o jeito tradicional do indígena. Muitos foram mortos pelos próprios grupos que ficavam a favor dos não índios. Outros, os mais idosos, morreram de desgosto, porque não se habituaram a viver daquele jeito, no cercado. Então, Deus teve pena e levou-os para viver junto (Aquino, 2012, p. 33-34).

Assim, foi desarticulado o jeito de viver dos Guarani/Kaiowá que foram se sujeitando à exploração da mão-de-obra pelos senhores das grandes fazendas. Tinham aqueles que não queriam e fugiam ou então procuravam as fazendas para se refugiar e assim começaram a trabalhar nas fazendas que os acolhiam como forma de agradecimento.

Mais tarde os indígenas se deram conta de que precisava sair dessa vida de escravizados na qual foram submetidos e

por isso fugiam do lugar que se encontravam, ou tinham que ir para as reservas demarcadas como espaço destinado aos indígenas Guarani/*Kaiowá*, para não incomodar os não índios. Eles não aceitaram essa decisão até porque estavam acostumados a viver naquele lugar e quando tinham vontade mudavam de lugar, onde os espíritos dos ancestrais os acompanhavam, protegiam e davam forças para vencer as lutas. Segundo Aquino (2012):

Para eles não existiam e não existem fronteiras, porque “*Paikuara*” (deus sol) deu espaço suficiente para todos morarem e ocuparem por onde dava vontade, mas como as regras da sociedade não-índia são diferentes, que tivemos que nos ajustar aos moldes da sociedade envolvente (Aquino, 2012, p. 33-34).

Para Colman e Sarmento (2013) em um trabalho sobre recursos naturais, cultura material e território este processo de confinamento gerou inúmeras mudanças no cotidiano indígena, em especial, criou desafios novos para a sua sustentabilidade e para sua organização social, sendo apontado por pesquisadores e representantes indígenas, como causa de inúmeros problemas hoje vivenciados por

essa população. Os mesmos autores reforçam que:

O confinamento e a superpopulação verificada no interior das reservas demarcadas reduziram o espaço disponível, provocando escassez de recursos naturais importantes para a qualidade de vida dessa população indígena. Precarizou, profundamente, a sua sustentabilidade, transformando povos que, durante séculos, produziram alimentos não só suficientes, mas abundantes, como atesta a documentação histórica. Sendo hoje em dia em alguns casos dependentes das políticas de segurança alimentar do Governo Federal. No entanto, ao analisar as consequências desse processo histórico para a vida dos Guarani e *Kaiowá*, as pesquisas centram-se mais na economia indígena e no aumento da dependência das políticas de segurança alimentar do governo. Porém, o confinamento, em especial o comprometimento dos recursos naturais criou problemas novos e deixou consequências em outras dimensões da vida indígena, menos estudadas, mas, que nos parecem

igualmente relevantes na perspectiva da sua sustentabilidade, entendida aqui como o fortalecimento da identidade sócio-cultural dessa população indígena. (Colman e Sarmiento, 2013, p. 64).

Como bem citou Meliá (2011) em uma passagem de Antônio Brand sobre a questão da terra: “*El confinamiento de la tierra es también un confinamiento de la palabra*” (Meliá, 2011, p. 41).

Colocando uma lupa sobre uma comunidade Kaiowá, podemos entender melhor como a questão da terra é importante para este povo e como o conceito de território, limites territoriais impostos pelo colonialismo e pelo Estado brasileiro, feriu a dignidade e o modo de vida deles, o seu bem-viver. Coloquemos, então, uma lupa sobre a comunidade *Te'yikue*, onde há vinte anos frequente, antes junto com Antônio Brand, que nos deixou precocemente, para, como diz o Kaiowá, ser recebido por *Ñhanderu*.

Detalhes da cosmologia Guarani na aldeia Te'yikue

A aldeia *Te'yikue* localiza-se no estado de Mato Grosso do Sul, no município de Caarapó. Entre 1915 e 1928, diante do complicado contexto das aldeias

demarcadas, foi demarcada a terra da Reserva Indígena *Te'yikue*. Ela foi oficialmente demarcada em 20 de novembro de 1924, pelo Decreto da Presidência da República, com 3.600 hectares, um retângulo de quatro quilômetros por nove, e denominada Posto Indígena José Bonifácio, apresentando, atualmente, uma área de 3.594 hectares (Smaniotto et al., 2009).

Segundo o professor Kaiowá, Eliel Benites: “A palavra *te'yi* (gente, homem) e *kue*, como sufixo da palavra, designam o passado ou aquilo que já foi; assim, o termo *Te'yikue* foi sendo traduzido como aldeia antiga” (Benites, 2013, p. 42). Ainda se apoiando neste autor para entender o processo histórico da aldeia:

Segundo o que os mais velhos contam, no início, este lugar sempre foi *Tekoha* ou aldeia, onde existia uma *óga pysy* ou *ogajekutu* — como é nomeada a grande casa comunal que, hoje, tem uma função política e religiosa — onde o rezador morava e sempre rezava, entoando o *porahéi* (canto tradicional). Em certo momento, uma epidemia dizimou todos os moradores desta aldeia. Outra versão afirma que um *Ñanderu* (“nosso pai”, cacique ou rezador) rival mandou um feitiço do mal

para aquele cacique, como forma de teste, porque havia disputa entre os dois. Em tal circunstância, um dos caciques não era muito preparado e deixou escapar o feitiço do controle, espalhando doença por toda a aldeia por muito tempo e, conseqüentemente, dizimando a população. Muito tempo se passou e ninguém se atrevia a entrar nessa aldeia com medo da doença; por isso, o lugar foi chamado de “lugar onde o *Te'ýi* morou”. Passaram-se vários anos até que outros moradores retornaram e repovoaram o lugar (Benites, 2013, p. 42).

É interessante perceber na narrativa deste professor/pesquisador *Kaiowá* a presença da espiritualidade. “A visão indígena dos *Kaiowá* e Guaraní caracteriza-se pelo olhar espiritual sobre o mundo” (Benites, 2013, p. 64). Na vida dos *Kaiowá*, a espiritualidade está presente na formação e no nome da própria aldeia.

Benites (2013) nos conta que, naquela época, a aldeia era pouco povoada, havia uma mata fechada e fartura de caça, pesca e frutas nativas. Os mais antigos contam que usavam o fogo para preparar as roças de coivara — a forma tradicional de preparo da terra para o plantio — assim, as plantas daninhas demoravam mais para

nascer, as pessoas eram unidas, e todos trabalhavam coletivamente. Os pais ensinavam os meninos e as mães, as meninas. Continua o professor nascido e criado em *Te'ýikue*:

Em todos os lugares/*tekoha* próximos, como *Takuara*, *Javevyry*, *Ypytã*, *Javorai*, *Pindo Roky*, *Piratiy*, *Joha*, quando havia festas, convidavam as famílias dessas aldeias para participar, que vinham para *Te'ýikue* e passavam semanas ou meses festejando, realizando o *jerosy* (cerimônia para o milho), *kunumi pepy* (cerimônia de perfuração dos lábios dos meninos), *mitã jehecha* (batismo de criança) (Benites, 2013, p. 43).

Destaca-se o clima de harmonia nas lembranças do professor Eliel. Não quero aqui fazer nenhum tipo de comentário romanesco sobre a aldeia *Te'ýikue* daquela época, mas é importante destacar a relação da natureza em suas lembranças, a importância da terra, como já foi mencionado anteriormente neste trabalho, a importância da convivência das famílias e a questão da construção da identidade guarani permeada pela espiritualidade. Vejamos um depoimento feito ao trabalho de mestrado de Benites:

Fernando Peralta^{ix}, filho do antigo morador Zacaria Marque, conta que

seu avô, João Pedro Marque, ajudou os engenheiros a delimitar a terra, fazendo picadas por onde passariam os pilares da demarcação física da terra. Lembra ainda que, no *Tekoha Joha* (perto da atual *Te'yikue*), um paraguaio chamado Máximo Ricardo, capataz da Companhia Mate Laranjeira, na colheita de erva-mate, quando encerrou o trabalho, construiu uma pequena casa de alvenaria e se apossou do lugar. Do lado da fazenda havia uma grande casa comunal (*óga pysy*), e o rezador que morava naquela casa se chamava Joha. O mesmo paraguaio começou a fazer picada, delimitando a área e, em seguida, começou a chamar a fazenda pelo nome de Joha. Posteriormente a esses fatos, vendeu a terra para outro paraguaio chamado Vito Marque, que, por sua vez, vendeu para Bento Marque e, por fim, para Cota Marque. Quando vieram os engenheiros (como ele denominou), estes os registraram como donos daquela terra. Os indígenas que moravam naquele lugar trabalharam no roçado, como chamavam a derrubada do mato. Com o tempo, mandaram todos para a Reserva

Indígena *Te'yikue* (Benites, 2013, p. 43).

Neste depoimento de Fernando Peralta, percebemos a violência e arbitrariedade com que os processos de criação de reserva foram implementados. A *Te'yikue* é fruto dessa agressão provocada a este povo. Ainda hoje, eles lutam para reconquistar outros trechos de terra que foram violentamente subtraídos deste povo.

Reflexões

O objetivo deste trabalho foi o de traçar a trajetória do povo Guarani, nestas terras nomeadas de brasileiras e em especial em Mato Grosso do Sul, compreendendo seu tronco linguístico, explorando sua rica cosmologia e, sobretudo, identificando os tristes processos de violência e despossessão que essas comunidades enfrentaram, especialmente no contexto do estado de Mato Grosso do Sul. Todos esses elementos históricos são fundamentais para que possamos contextualizar a relação desses povos com a imposição colonial e, consequentemente, com a Modernidade/Colonialidade.

Entender a arbitrariedade das imposições do projeto “Estado-nação” é crucial, pois ele buscava, e ainda busca, a

todo custo, e realizar as tradições dos povos originários, descaracterizar seus princípios identitários e reforçar um discurso de assimilação. A noção de que "não são mais índios" porque "já usam tênis" é uma tentativa insidiosa de desqualificar as lutas desses povos por direitos fundamentais que foram e continuam sendo usurpados.

A história dos povos originários, incluindo os Guarani, é marcada por um dos maiores genocídios da humanidade, fruto de uma história colonial brutal à qual todo o Sul Global foi submetido. Esse processo envolveu a imposição de uma visão de mundo eurocêntrica e uma tentativa contínua de etnocídio, que até hoje se manifesta no silenciamento das vozes indígenas e no apagamento das suas histórias. A colonialidade, enquanto expressão contemporânea do colonialismo, perpetua essas dinâmicas de opressão e subjugação, onde a negação da identidade indígena e a supressão de suas culturas são centralizadas na tentativa de aniquilação dos modos de ser que divergem da lógica ocidental.

Esse processo de apagamento histórico e cultural não é apenas uma questão do passado, mas uma ferida aberta que ainda hoje sangra. A modernidade, em sua busca por universalizar padrões ocidentais, continua a marginalizar e

desumanizar os povos originários, tratando suas formas de vida como arcaicas ou ultrapassadas. Essa violência simbólica, expressa em discursos que deslegitimam a existência dos povos indígenas ao associá-los a estereótipos e preconceitos, é uma extensão da violência física que eles historicamente enfrentaram.

As consequências dessa colonialidade são devastadoras e se manifestam de múltiplas formas: na perda de territórios sagrados, na erosão das práticas culturais, na exclusão social e na negação de direitos básicos. A resistência dos Guarani e de outros povos indígenas é, portanto, uma luta pela sobrevivência, pela recuperação de suas terras, pela preservação de suas línguas e tradições, e pela afirmação de suas identidades diante de um sistema que insiste em negá-los.

É imperativo reconhecer que a história desses povos não se resume à dor e à perda, mas também à resistência e à resiliência. A compreensão profunda desses processos de colonialidade é essencial não apenas para reescrever a história de maneira justa, mas também para apoiar as lutas contemporâneas dos povos originários, que continuam a desafiar as estruturas de poder que tentam apagá-los.

Referências

- Aquino, E. V. (2012). *Educação escolar indígena e os processos próprios de aprendizagens: Espaços de inter-relação de conhecimentos na infância Guarani/Kaiowá, antes da escola, na Comunidade Indígena de Amambai* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Recuperado de <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/10911-elda-vasques-aquino.pdf>.
- Benites, E. (2013). *Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da aldeia Te'yikue* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Recuperado de <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/13832-eleil-benites.pdf>.
- Brand, A. (1993). *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Brand, A. (1997). *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os Difíceis Caminhos da Palavra* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Colman, R. S. (2007). *Território e sustentabilidade: Os Guarani e o Kaiowá de Yvy Katu* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.
- Colman, R. S. & Sarmiento, J. F. (2013). Território, recursos naturais e cultura material entre os Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul: As consequências do confinamento sobre a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e da cultura material. In: Baeninger, R. & Azevedo, M. M. A. *Povos Indígenas: Mobilidade espacial*, 8 (pp. 61-68). Campinas, Brasil: Núcleo de Estudos da População – Nepo/Unicamp.
- Cunha, M. C. da (1992). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Fernandes, F. (1949). *A organização social dos Tupinambás*. São Paulo, Brasil: Progresso Editorial.
- Guimaraens, D. (2003). *Museu de Arte e Origens – Mapa das culturas vivas guaranis*. Rio de Janeiro, Brasil: Contracapa Livraria.
- IHU-Unisinos (2010). O dilemma das fronteiras na trajetória Guarani. Entrevista com Antonio Brand. *Missões – A missão no plural*. 2 jun 2010. Recuperado de <https://www.revistamissoes.org.br/2010/06/o-dilema-das-fronteiras-na-trajetoria-guarani-entrevista-com-antonio-brand/>
- Melià, B. (1976). *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.
- Melià, B. (2011). *Mundo Guaraní*. Assunção, Paraguai: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Noelli, F. S. (1999). A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas – 1872 – 2.000. *Revista USP: Antes*

de Cabral: Arqueologia Brasileira, 1.

Ribeiro, D. (1970). *As Américas e a Civilização – Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Ribeiro, D. (1977). *Os índios e a Civilização – A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Brasil: Civilização Brasileira.

Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Simão, L. (2003). Historiografia do Contato: Demografia Indígena e deslocamento através do Território Nacional. Relatório de pesquisas FAPERJ, 2001. In: Guimaraens, D. (Org.). *Museu de Arte e Origens – Mapa das culturas vivas guaranis*. Rio de Janeiro, Brasil: Contracapa Livraria.

Smaniotto, C. R., Ramires, L. C. & Skowronski, L. (2009). *Atlas socioambiental terra indígena Te'ýikue*. Campo Grande, Brasil: UCDB.

Staden, H. (1999). *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*. Rio de Janeiro, Brasil: Dantes.

Susnik, B. (1982). *Os Aborígenes do Paraguai II. Etnohistória dos Guaranis. Época Colonial*. Assunção, Paraguai: Museu Etnográfico Andres Barbero.

José Sarmento Nogueira. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

ORCID: 0000-0001-5956-5602

Email: josefsarmento@gmail.com

Submetido em: 20/08/2024

1ª Rodada: 05/09/2024

Aceito em: 12-10-2024

Contribuição das autoras:

Conceitualização: J.S.N.

Redação do manuscrito: J.S.N.

Análise dos dados: J.S.N.

Revisão e edição: J.S.N.

Notas

ⁱ Os Guarani contemporâneos são normalmente divididos em três subgrupos: os *Pãi Kaíowá*, os *Ñandeva* ou *Chiripá* e os *Mbyá*

ⁱⁱ Referência dos autores, a ser inserida posteriormente

ⁱⁱⁱ Por região da Grande Dourados entendemos aqui toda a região Sul do estado do Mato Grosso do Sul, a partir dos municípios de Rio Brilhante, Dourados e Antônio João, até Mundo Novo e Sete Quedas, ou seja, onde se localizam as aldeias guarani.

^{iv} Processo de dispersão das aldeias e famílias extensas, provocado pela perda de terra e pela implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional.

^v Processo de concentração da população guarani/*kaiowá* dentro das Reservas demarcadas até 1928, após a destruição de suas aldeias e/ou conclusão do processo de implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território nacional.

^{vi} O termo Reserva designa exatamente as oito extensões de terra demarcadas pelo Governo brasileiro entre os anos de 1915 e 1928 sem ter em conta, em vários casos, critérios antropológicos. O termo áreas indígenas é reservado para designar aquelas terras de posse tradicional, onde estavam ou estão localizadas as aldeias *kaiowá*/guarani. Esta

distinção encontra apoio na própria Lei 6001 – Estatuto do Índio, de 1973.

^{vii} Por confinamento entende-se aqui o processo histórico que se seguiu a demarcação das reservas pelo SPI, de ocupação do território por frentes não-indígenas, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado para a posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização de sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais.

^{viii} Terena, Kadowéu, Ofaié, Guató, Kamba, Atikum e Kinikinau.

^{ix} Liderança *Kaiowá*.